

Escândalo como narrativa útil: repensando a relação entre jornalismo e democracia

*Scandal as a useful narrative:
rethinking the relationship between journalism and
democracy*

RESUMO

Este trabalho discute o escândalo político como um recurso narrativo de autoridade no jornalismo. Para tal, argumenta-se que os escândalos políticos têm sido uma ferramenta imprescindível no jornalismo para legitimar o seu lugar institucional de accountability e de reforço da norma democrática, e que reconhecer essa utilidade dos escândalos para o jornalismo pode ser um caminho promissor de análise. Nesse sentido, este artigo apresenta alguns indícios da naturalização da associação entre a publicização de escândalos e o compromisso democrático que o jornalismo autoproclama exercer. Esses indícios de naturalização são apontados, principalmente, a partir de um emblemático escândalo da década de 1950 e de trabalhos acadêmicos voltados para o estudo do jornalismo. A pretensão é ampliar as possibilidades de análise em torno da publicização do escândalo político no jornalismo.

Palavras-Chave: Jornalismo; Escândalos políticos; Democracia.

ABSTRACT

This paper points to political scandal as a narrative resource of authority in journalism. We argue that political scandals have been an indispensable tool in journalism to legitimize their institutional place of accountability, reinforcing the democratic norm, and that recognizing this usefulness of scandals for journalism can be a promising way of analysis. In this sense, we seek to expose the naturalization of the association between the publicizing of scandals and the democratic commitment that journalism proclaims to exercise. We reflect on this naturalization specially from a 1950's scandal through academic work on journalism. The intention is that this exposition leads to an understanding that it is necessary to expand the possibilities of analysis around the publicity of the political scandal in journalism.

Keywords: Journalism; Political scandals; Democracy.

1. Introdução

Este artigo tem como objetivo principal suscitar questionamentos acerca da naturalização existente entre a cobertura de escândalos políticos e o compromisso democrático do jornalismo, partindo de uma questão recente: se uma das possibilidades de pensar a publicização dos escândalos políticos é pela via do compromisso jornalístico com a manutenção da democracia, e se estamos vivenciando, especialmente a partir de 2005, uma intensa erupção de escândalos, como chegamos a uma democracia impedida (SANTOS, 2017)? Esta, obviamente, não é uma questão simples de ser respondida - e não configura entre as intenções deste artigo - mas, usaremos este questionamento como base para argumentar que o fortalecimento dos escândalos políticos no jornalismo brasileiro, antes de estar à serviço da democracia e combater a corrupção, funciona como recurso de autoridade para a prática profissional.

Thompson (2002), em seu trabalho sobre escândalos políticos, já ressaltava a possibilidade de essa prática produzir consequências maléficas, como a apatia política, em virtude do aprofundamento da desconfiança nos líderes políticos. No entanto, ainda que existam essa e outras (BIROLI, 2013; ALDÉ E VASCONCELLOS, 2008) visões críticas à exposição midiática de malfeitos de figuras e instituições políticas, a própria legitimidade dos escândalos políticos raramente é posta em discussão, uma vez que prevalece, no jornalismo, a crença de que, com a revelação de casos de corrupção e malfeitos, dão-se condições para o exercício da democracia. É nesse sentido que, de forma mais específica, buscamos expor a necessidade de desnaturalizar a associação entre a publicização de escândalos e o compromisso democrático que o jornalismo autoproclama exercer.

Para tal, na primeira parte, falamos sobre as relações do jornalismo com a democracia. Faremos uma discussão sobre a constituição do jornalismo como defensor da democracia e dos escândalos políticos veiculados por ele como mecanismos de manutenção democrática, recorrendo aos agentes do campo jornalístico brasileiro e seus discursos. Os lugares dessas chaves de compreensão são rememorados a partir das diretrizes do modelo norte-americano de jornalismo e da influência que este exerceu no ideal jornalístico brasileiro. Traz-se, então, como ilustração, reflexões a partir da cobertura da CPI da Última Hora, ocorrida em 1953.

Na sequência, apresentamos um breve apanhado de estudos bem sucedidos em apontar problemas democráticos no século XXI, no qual enfatizamos pesquisas recentes (ALBUQUERQUE, 2017; GOLDSTEIN, 2017) que têm

refletido sobre as cruzadas morais na cobertura de escândalos políticos, entre outras consequências negativas.

Mais adiante, discute-se a utilidade do escândalo - e a necessidade de imputar ao escândalo uma utilidade - baseando esta discussão teórica nas ideias de Weber sobre o “espírito” do capitalismo e nos elementos morais que constituem as narrativas (ETTEMA & GLASSER, 1989; WHITE, 1980). Por fim, propomos pensar os escândalos como objeto de disputa pela autoridade jornalística.

2. Jornalismo e democracia

Antes de nos debruçarmos na tarefa de esmiuçar as relações conflituosas entre escândalos políticos midiáticos e o compromisso democrático do jornalismo, precisamos fazer o caminho contrário e demonstrar como o discurso da democracia tem perpassado o discurso jornalístico brasileiro, como parte dos seus fundamentos e como justificativa da sua legitimidade.

Se, no início da prática profissional, no Brasil e no mundo, - quando os atuais “jornalistas” ainda eram conhecidos pelo termo “publicistas” - o jornalismo não possuía uma relação direta com a democracia, a partir de estudos como o de Chalaby (1998) e Schudson (2010), voltados respectivamente para a história do jornalismo inglês e do norte-americano, esse vínculo se torna acentuado. A compreensão anglo-saxônica do jornalismo como uma profissão que requer uma economia voltada para o mercado em vez de para o Estado, uma imprensa pouco partidária e a garantia de direitos democráticos básicos, como liberdade de expressão e liberdade de imprensa (WAISBORD, 2000), também ganha eco no Brasil, principalmente, com o processo de modernização dos jornais, sobretudo cariocas, em meados de 1950 (RIBEIRO, 2007).

É importante que se ressalte que esse processo começou ainda em momentos anteriores a essa década, mas encontrou terreno fértil para se desenvolver plenamente no *boom* libertário e desenvolvimentista de um Brasil pós-período autoritário¹. Ribeiro (2007) lembra que, aos poucos, os jornais foram implementando reformas no texto jornalístico, fazendo com que o estilo objetivo protagonizado pelo *lead*, e tudo que este representou, fosse sendo reconhecido como a maneira legítima de se fazer jornalismo. Jornais pequenos, como o *Diário Carioca* e o *Tribuna da Imprensa*, foram precursores dessas modernizações, tendo o ideal estadunidense como norte.

Essas mudanças - de ordens estilística, profissional e organizacional - se refletiram na maneira como os jornalistas viam seu trabalho. Os ideais jornalísticos de busca da verdade, cumprimento de um papel social e defesa da democracia surgem à luz dessas alterações. Nesse sentido, é igualmente relevante destacar que essas alterações não foram implementadas de forma horizontal pelos jornalistas². As normatizações eram verticalizadas, vinham como ordens de uma elite econômica e política à frente dos jornais e, antes de serem repassadas entre os jornalistas, seriam impostas como um pré-requisito básico para se continuar a ser jornalista.

Os jornais brasileiros, até a década de 1940, trabalhavam com uma lógica literária e opinativa. Tendo a política como aspecto central de sua narrativa, os diários da época eram instrumentos políticos (RIBEIRO, 2003). Isso significava que os jornais “eram acima de tudo porta-vozes do Estado ou de grupos políticos que os financiavam em parte ou na totalidade. (...) e a linguagem da maioria dos jornais era em geral agressiva e virulenta, marcada que estava pela paixão dos debates e das polêmicas” (RIBEIRO, 2003, p.156). Gradualmente, esse modelo de jornalismo foi sendo transformado e um jornalismo baseado na lógica empresarial foi ganhando cada vez mais espaço. O resultado disso, em termos de autopromoção, foi uma imprensa menos voltada para a promoção de polêmicas e desavenças políticas, passando para um “jornalismo que privilegiava a informação (transmitida “objetiva” e “imparcialmente” na forma de notícia) e que a separava (editorial e graficamente) do comentário pessoal e da opinião” (RIBEIRO, 2003, p.148).

Diante do exposto, pode-se afirmar que essas mudanças contribuíram para a percepção do compromisso político que o jornalismo brasileiro passaria a perseguir. O compromisso político jornalístico, aqui, diz respeito ao papel que o jornalismo deseja desempenhar na sociedade, seja como um serviço prestado em prol da manutenção da democracia, seja como fiscal dos poderes políticos, desempenhando o papel de cão de guarda (AZEVEDO, 2010), ou ainda, como representante de um poder único, capaz de arbitrar as disputas políticas e, em última instância, instrumentalizar a política, como no caso do jornalismo como poder moderador³ (ALBUQUERQUE, 2000).

2.1 O caso da CPI da Última Hora

Para ilustrar como o compromisso democrático do jornalismo passa a ser reafirmado na prática profissional, recorremos ao caso de um escândalo político ocorrido em meio a esse processo de modernização que viemos tratando até aqui. Conhecido como “CPI da Última Hora”, o inquérito iniciado em julho de 1953 tinha como principal alvo Samuel Wainer, dono

do jornal Última Hora (UH). À época, Wainer foi acusado de receber do Banco do Brasil favorecimentos financeiros para a abertura, consolidação e expansão de seu periódico. A circulação do jornal foi iniciada ainda em 1951 e, desde então, foi duramente criticada por Carlos Lacerda e acusada, não apenas por este, mas entre os antigetulistas do período, de ser um jornal que servia apenas de propaganda para os interesses de Getúlio Vargas, que estava articulando seu retorno à presidência. Em 1953, então, as acusações oficiais eram *dumping*, concorrência desleal e o favoritismo oficial.

Entre as primeiras denúncias, veiculadas no jornal de Lacerda, o Tribuna da Imprensa (TI), no final de maio daquele ano, até a abertura do inquérito, passou-se pouco mais de um mês. Depois disso, foram meses de denúncias de Lacerda, tentativas de explicações por parte de Wainer e esses dois jornais completamente voltados para a pauta da CPI. Ao fim, em novembro de 1953, a CPI concluiu que o Banco do Brasil beneficiou, sim, Wainer e sua empresa.

Em uma carta do leitor, veiculada na TI em 9 de julho de 1953, lê-se: “quero trazer os meus aplausos ao destemido jornalista que combate o bom combate em guerra contra o suborno e a corrupção daqueles que desviaram a verdadeira finalidade da imprensa” (TI, 9 de julho, p.1). Cerca de um mês depois, em uma manifestação de apoio, dessa vez vinda da Câmara de Vereadores do RJ, o jornal destaca a fala de Aníbal Espinheira, que parabeniza o jornalista Carlos Lacerda pela campanha e que espera ter, o quanto antes, “a democracia garantida por um dos seus grandes baluartes, que é, sem dúvida, uma imprensa livre e consciente” (TI, 5 de agosto de 1953).

Em meio às denúncias e especulações diárias feitas por Carlos Lacerda na Tribuna da Imprensa, o jornal de Samuel Wainer tentou se proteger de duas maneiras principais. Ao mesmo tempo em que apresentava explicações para as acusações de seu adversário, buscava atingir os personagens principais que motivavam as narrativas escandalosas a seu respeito: ou seja, toda a imprensa anti-varguista da época. Seu intuito era expor os diretores e proprietários dos jornais do RJ, sob a justificativa de que era preciso uma CPI que investigasse as relações do Banco do Brasil com todos os veículos de imprensa da época – e não apenas o UH. A sua bandeira de luta, em prol da democracia, também estava relacionada ao pleno funcionamento das instituições jornalísticas.

Em uma matéria do dia 17 de julho, assinada por Oliveira Brito, lê-se o seguinte:

Os diretores e proprietários de diversos jornais do Rio de Janeiro, em nota hoje divulgada, consideraram os debates surgidos em torno das investigações que vêm sendo procedidas para apurar as relações da imprensa falada e

escrita com o Banco do Brasil, como um fato que atenta contra a liberdade de imprensa (ÚLTIMA HORA, 17 de julho de 1953, p.3).

Observa-se, portanto, que a questão da credibilidade jornalística e da necessidade do exercício jornalístico para a manutenção da democracia aparece de maneira discreta, mas circunda as narrativas escandalosas já nesse momento. Além disso, o interessante de ser destacado é como a representação de um escândalo político, à época, pode ser incorporado ao entendimento desse processo de modernização. O escândalo, exemplificado aqui pela CPI, pode ser compreendido como um dos elementos que fizeram parte do gradual processo de mudança do jornalismo. Isso, admitindo-se que esse processo marca uma alteração na maneira como o jornalismo brasileiro passou a ser feito - estilisticamente falando - e a demonstrar os seus compromissos sociais e políticos. É de se destacar também as negociações que são impressas em relação à defesa da democracia. Esse elemento, que aparece em diversos momentos ao longo desta cobertura⁴, está também presente e naturalizado nas publicizações de escândalos atuais.

Além dessas narrativas mais explícitas que associam o exercício jornalístico com a manutenção democrática, há algumas outras pistas que nos levam a enxergar esse imbricamento. Nas notícias da CPI, por exemplo, nos dois jornais, apresenta-se o presidente como uma figura para a qual devemos olhar e demandar retidão de atos. Uma interpretação possível é que há uma guia para os personagens e ações que se alinham com a normalidade do funcionamento democrático. Por vezes, Vargas era mencionado apenas como alguém próximo a um participante da CPI. Não há ação que lhe vincule ao escândalo, mas ele é um espectro que circunda todas as ações. Ele é o “governo”, a maior das abstrações políticas, embora ainda bastante palpável. É nesse sentido que, em uma matéria da TI, diz-se:

Wainer tem um último recurso e pretende usá-lo como derradeira arma: envolver os srs. Euvaldo Lodi, Francisco Mattarazzo, Lourival Fontes, Lutero Vargas e até o próprio presidente da República. Para ver se escapa, procurará salvar-se pelo pânico político que as suas acusações contra essas pessoas provocaria, obrigando-as a correr em seu socorro (TI, 4-5 de julho de 1953, p.2)

Nesse contexto, cabe rememorar Hallin e Mancini (1994), que discutem um ponto interessante, ao abordar o que o foco ou não na figura do presidente revela sobre o sistema de mídia de um país. De acordo com os autores, enquanto nos EUA as convenções narrativas do jornalismo focam na disputa - entre candidatos, personagens políticos -, as convenções italianas estão mais voltadas para o debate ideológico e ideias políticas abstratas.

No caso da CPI, parece haver um híbrido entre essas duas abordagens, que se perpetuaria ao longo dos anos na cultura jornalística brasileira. Apesar das abstrações, do embate ideológico que circunda todo esse período, há também um foco na disputa, em que o presidente desempenha um papel importante e suas ações são dotadas de um simbolismo próprio. É ele quem dita a gradual atenção que é dada às ações políticas no que é noticiável: quanto mais próxima ao seu domínio, quanto mais relacionada às suas atividades, quanto mais lhe implicar, mais tem apelo de valor-notícia (WOLF, 1999). Nesse contexto de 1953, então, a implicação da figura mais relevante da estrutura política em um escândalo dialoga diretamente com a construção de uma cultura profissional combativa, que não se intimida diante do poder.

Além disso, o autoritarismo jornalístico é outro traço importante. As narrativas jornalísticas apresentam essa característica de normatizar, de cima para baixo, a estrutura social. Com os escândalos não seria diferente. Afinal, junto a ele está a moralização das ações, o que faz com que haja uma necessidade de aprofundar a compreensão em torno da característica normatizadora da narrativa jornalística, especialmente aquela da narrativa de escândalos. Puxando por essa necessidade, tratemos dos discursos que se referem ao papel de vigilância do jornalismo, ou melhor, que se referem a ele como quarto poder, imbricando-os com as narrativas de escândalos políticos.

3. Questionamentos sobre o compromisso democrático a partir dos escândalos

A definição do jornalismo político como fiscalizador de poderes, em oposição ao “chapa-branca” ou qualquer outra forma de praticá-lo, também se insere em uma visão liberal e racionalista, articulada fortemente pelas teorias norte-americanas sobre imprensa no século XX, a partir de uma visão de mercado (GUAZINA, 2011, p.26). No Brasil, foram justamente as décadas de 1950 e 1960 que ficaram conhecidas como as que concentraram os maiores esforços para que essa visão fosse, paulatinamente, difundida entre os jornais e jornalistas da época.

Esse papel de vigilância, a partir de 1960, também passa a estar fortemente vinculado à prática da reportagem investigativa. Nas palavras dos teóricos norte-americanos Ettema e Glasser (1989), o jornalismo investigativo assume a posição de “guardião da consciência” (BETHELL, 1977 apud ETTEMA & GLASSER, 1989). Ainda que a discussão proposta pelos autores parta do jornalismo investigativo estadunidense, o modelo liberal que se vale da

oposição entre poder *versus* imprensa, que persegue a ideia de que a imprensa põe em cheque o poder (do Estado), no sentido de expor suas contravenções, também serve para pensar os escândalos políticos (assumindo que a propulsão e veiculação de escândalos na imprensa não necessariamente se qualifique como jornalismo investigativo), como veremos em detalhes na próxima seção.

Os encaminhamentos de Ettema e Glasser (1989) se tornam importantes para pensar a constituição moral dos escândalos políticos midiáticos porque pode-se refletir que, por meio da normatização moral, os escândalos políticos também podem atuar na manutenção da democracia na medida em que põem em evidência as contravenções que poderiam minar o bom funcionamento do regime democrático. Esse ponto, no entanto, é capaz de suscitar muitos debates; há autores que veem o escândalo de maneira otimista (WAISBORD, 2000; 2004) em relação ao compromisso democrático e os que têm uma visão mais pessimista (ALDÉ e VASCONCELLOS, 2008).

Para os primeiros, os escândalos políticos midiáticos são capazes de gerar pressão e prestação de contas, vitais na democracia. A representação política pode ser colocada sempre à prova, os atores políticos se sentem observados, julgados e sabem que esse julgamento pode acarretar em menos popularidade, aprovação e, conseqüentemente, votos.

Por outro lado, existem autores que tendem a enxergar os escândalos com mais cautela, principalmente em relação aos benefícios que podem trazer à democracia. Como antecipamos na introdução deste trabalho, o próprio Thompson (2002), ao refletir sobre as conseqüências desse tipo de publicização de malfeitos, antecipa alguns receios. Cabe mencionar que, antes mesmo de desenvolver sua argumentação para uma teoria social do escândalo, o autor menciona quatro teorias, segundo as quais: 1. O escândalo é considerado como “acontecimento efêmero, em grande parte construído pela mídia, que tem pouca ou nenhuma influência sobre os fatores e processos concretos que modelam a vida social e política” (THOMPSON, 2002, p. 283); 2. O escândalo pode ter conseqüências importantes, porém, conservadoras, “no sentido que escândalos envolvem a reafirmação e consolidação do *status quo*” (Idem, p. 284); 3. O escândalo possui efeito deletério no discurso e no debate públicos: “teoria da trivialização” e 4. O escândalo, “longe de depreciar a qualidade do debate, o enriquece, questionando as normas dominantes de jornalismo e virando as mesas dos poderosos e dos privilegiados” (Idem, p. 291).

Thompson, então, opta por procurar um caminho alternativo para a avaliação das conseqüências dessa prática. Desta forma, o autor vai defender que “os escândalos são lutas pelo poder simbólico em que a reputação e a confiança

estão em jogo” (Idem, p. 296). Assim, é a partir de um olhar atento às disputas simbólicas que envolvem os escândalos que o autor pode refletir sobre suas consequências, como o crescimento da relevância no caráter dos líderes políticos (em detrimento da ênfase nas suas competências) e a apatia ou desinteresse no voto.

Já Aldé e Vasconcellos (2008) tratam das consequências dos escândalos com foco maior na imprensa. Para eles, esse tipo de furo jornalístico é feito pelos próprios veículos de comunicação para reforçar seu papel de agente político. Os autores argumentam que o escândalo político funciona como um “contra-ataque” da imprensa, que sofre com a pressão dos assessores, que tentam pautar positivamente a imagem de seus clientes políticos em um contexto de campanha permanente.

A despeito destas visões conflitantes, os escândalos políticos midiáticos são vistos como inerentes às democracias liberais (THOMPSON, 2002); por sua vez, essas democracias advogam em favor da existência da imprensa livre para que funcionem plenamente (WAISBORD, 2000) e, nesse contexto, a imprensa narra os escândalos em nome de seu *ethos* profissional e da continuidade democrática. Em teoria, é um ciclo fácil de se compreender. Na prática, no entanto, as distorções e incongruências passam a se mostrar com mais clareza.

Em trabalhos recentes, Goldstein (2017) e Albuquerque (2017) fornecem análises que também nos permitem colocar em crise o compromisso democrático do jornalismo brasileiro. O primeiro, ao analisar a cobertura de escândalos do segundo governo Getúlio Vargas e do primeiro governo de Luís Inácio Lula da Silva nos jornais *O Estado de S.Paulo* e *O Globo*, destaca a importância que a temática da “corrupção” assumiu nos dois meios de comunicação.

A nuestro entender, esto no era solamente el resultado de la aparición pública de escándalos de corrupción, sino que evidenciaba una estrategia adoptada por estos medios de prensa como actores frente a estos presidentes. La misma tenía como propósito disputar la construcción de la agenda frente a estos mandatarios de alta popularidad para pautar la misma de un modo conveniente a sus intereses (GOLDSTEIN, 2017, p. 425).

A estratégia a qual Goldstein faz referência diz respeito à moralização do debate político, isto é, a tentativa de subordinar o litígio político à esfera do moral, que teria como consequência também o esvaziamento do debate político, uma vez que estaria confinado à distinção entre “honestos” e “corruptos”.

Enquanto isso, a partir da situação brasileira atual pós-golpe de 2016, Albuquerque (2017) aponta a necessidade de uma abordagem pós-colonial⁵ para a relação entre imprensa e política no Brasil. Segundo o autor, o modelo ocidental do Quarto Poder – segundo o qual a liberdade de imprensa naturalmente age em prol da *accountability*⁶, protegendo o interesse comum dos cidadãos de governos corruptos – não deve ser tomado como uma norma universal. Sua análise aponta para uma reinterpretação de valores ocidentais, como a própria democracia, pelas elites em sociedades pós-coloniais, que se sentem incumbidas da missão de civilizar a população.

Exemplos que indiquem a atitude “protetora” da imprensa brasileira podem ser encontrados na própria CPI da Última Hora, acima mencionada, ou, mais recentemente, nos títulos de matéria publicada em 30 de setembro de 2017, pelo jornal *Folha de S. Paulo*: “Voto em Lula resiste a escândalos e condenação, aponta Datafolha” (título da notícia na *newsletter*) e “Lula lidera cenários para 2018 mesmo após condenação, diz Datafolha”⁷ (título da notícia no portal). Aqui, chama atenção a ênfase nos escândalos e na condenação do político em oposição à opinião popular na pesquisa de intenções de voto promovida pelo jornal.

Fizemos esse caminho para descartar o ponto de vista (baseado no modelo ocidental, diga-se) que considera a existência de uma relação natural entre democracia, jornalismo, escândalos e, poderíamos acrescentar, *accountability*. O próximo passo, então, é explorarmos possibilidades de reflexão para nosso problema: por que o jornalismo brasileiro ainda legitima a intensa publicização de escândalos políticos (especialmente desde 2005) recorrendo ao discurso do compromisso democrático, se todas as partes dessa equação, como vimos, podem ser questionadas?

4. Escândalo político como narrativa útil

Mario Vitor Santos, jornalista e colunista da *Folha de S. Paulo*, em maio de 2016, reverberou⁸ o entendimento que muitos jornalistas têm da própria profissão e de seu processo, ao afirmar que as normas e técnicas jornalísticas não são enfeites, mas, sim, “peças essenciais para a sobrevivência da democracia”. Na ocasião, Santos se referia aos modos como o jornalismo brasileiro lidou com os vários escândalos de corrupção envolvendo o Partido dos Trabalhadores (PT), colocando-se como um dos principais promotores da derrubada da então presidente Dilma Rousseff. Essa fala expressa uma compreensão sobre

o jornalismo, sua cultura profissional e seu propósito como instituição que exhibe justamente os valores que expusemos nas seções anteriores. Essa fala se torna particularmente importante porque reafirma também a importância de se apontar uma utilidade para a intensa publicização de escândalos e, consequentemente, para o jornalismo.

Max Weber (2004), ao tratar da ética protestante e de sua relação com o fortalecimento do capitalismo para além de um sistema econômico, fala na utilidade das virtudes. Estas seriam qualidades pensadas a partir do propósito que podem servir à manutenção do capitalismo e de seu espírito, da cultura que o acompanha. Não se tem vida longa no capitalismo sem que se exerça uma função para continuar reforçando sua estrutura.

De forma análoga, pode-se pensar os escândalos políticos. Eles precisam de uma serventia, sob pena de serem negligenciados ou tomados como uma forma narrativa vazia. Se pensarmos que, nos últimos anos, os estudos⁹ sobre escândalos políticos no jornalismo têm focado, principalmente, nos enquadramentos dos meios e seus posicionamentos diante de crises (SENNE, 2009) e no papel do jornalismo como ator político ativo (GUAZINA, 2011; PRIOR, 2016), é possível perceber que há o estabelecimento de uma utilidade. É esse caráter útil que torna possível associar a cobertura de escândalos políticos à defesa da democracia. E, como entendemos, a utilidade dos escândalos desempenha um papel importante na afirmação da autoridade do próprio jornalismo.

De acordo com Zelizer (1992, p. 11), a autoridade jornalística diz respeito à “capacidade dos jornalistas de se afirmarem como porta-vozes legitimados e confiáveis dos eventos da ‘vida real’”, e, como argumenta, essa capacidade não está institucionalizada como parte da profissão. Antes, a autoridade jornalística é fruto da capacidade dos jornalistas de utilizar os códigos de conhecimento coletivo. Seguindo a trilha de Zelizer, Carlson (2017) apresenta uma nova definição de autoridade:

being an authority as the right to be listened to occurring within a context-bound asymmetrical relationship through the performance of discourse that includes control over particular knowledge and that is subject to contestation and chance regarding its modes of legitimacy (CARLSON, 2017, p. 12).

Nesta definição de autoridade jornalística, o autor aceita a premissa de que a autoridade também corresponde à uma performance discursiva, isto é, uma forma específica de uso da linguagem que tem por objetivo criar uma identidade e uma relação com os outros. Uma vez que os jornalistas, no momento da veiculação da mensagem, não costumam estar interagindo

diretamente com sua audiência¹⁰, o peso da performance discursiva do jornalismo reside no texto noticioso. Dessa forma, a particularidade do texto noticioso – suas convenções formais, seu estilo visual e outros – está intimamente conectada com a afirmação da legitimidade do jornalismo. Dito isto, podemos ainda afirmar que a legitimidade do jornalismo não está amparada na suposta tentativa de mimetizar ou recitar fatos; é necessário compreender o texto jornalístico como uma forma narrativa que segue determinados padrões e convenções.

No entanto, nem a autoridade jornalística, nem a relação entre jornalismo e democracia estão circunscritas ao texto ou performance discursiva. E assim, é nesse sentido que Carlson (2017) nos ajuda a pensar a complexidade dessa construção da autoridade abordando também os estudos de sociologia das profissões ou o profissionalismo.

Em primeiro lugar, para pensar o jornalismo como profissão, é importante especificar que se trata de uma noção de profissão como uma fonte de sentido que não foca mais nas instituições da profissão, mas na forma como os seus membros definem o seu controle sobre uma área de trabalho específica. Assim, o jornalismo visto como profissão funciona também como um discurso compartilhado e nutrido pelos jornalistas, pelas empresas jornalísticas e pelo público. Segundo Carlson (2017), esse discurso cria compromissos compartilhados, significados e ações que, por sua vez, criam um senso de comunidade jornalística.

Podemos dizer que a comunidade jornalística e a própria compreensão do jornalismo como profissão são criados, então, a partir do estabelecimento de uma utilidade ou um valor, que permite a leitura do trabalho jornalístico como um serviço público essencial para a audiência. “The fourth-estate argument linking journalistic professionalism to authority is woven into the fabric of journalism. It draws authority from outside itself by conflating journalism with democratic institutions”, afirma o autor (CARLSON, 2017, p. 35).

Diante disso, pensamos no caso dos escândalos como narrativa profissional, e em como essas narrativas escandalosas funcionam como perfeitas representações coletivas, ou seja, como um meio pelo qual os jornalistas e seu público estruturariam modos coletivos de compreensão do mundo (ZELIZER, 1992). Assim, vistos dessa maneira, a publicização de um escândalo político pode ser encarada como um caminho em que a afirmação da autoridade moral se manifesta com mais intensidade.

Embora esses modos de compreensão do mundo gerados pelos escândalos sejam capazes de influenciar o próprio jogo político, o aspecto que mais

nos interessa destacar é como, a partir do escândalo político, os jornalistas conseguem transformar a narrativa do malfeito em uma sobre eles mesmos, reforçando a sua autoridade – algo que pretendemos ter começado a iluminar com o exemplo da CPI da Última Hora e a ênfase dada às cartas dos leitores durante sua cobertura.

Assim, entendemos o próprio escândalo político como objeto de disputas pela legitimação do jornalismo como prática comprometida com a verdade e, principalmente, com a democracia. De forma que uma análise das narrativas dos escândalos políticos deveria permitir entrever a construção da própria ideia de “compromisso democrático” que, a nosso ver, ocorre em concomitância com a configuração dos fatos em escândalo político.

Considerações finais

Enxergar o jornalismo como um projeto informativo e enriquecedor de ideias, que é fundamental para a democracia por partilhar ideias e discussões úteis para os cidadãos tomarem decisões políticas, faz parte da mítica missão do jornalismo. Essa ideia ganhou força com a sua modernização, e se entranhou no próprio conceito de jornalismo – como é visto pelos seus profissionais, como é repassado para os estudantes e como é analisado pelos pesquisadores. O problema que se apresenta diante disso é que, por estar tão entranhada, essa percepção de que o jornalismo primordialmente serve a fins democráticos impede que se compreenda particularidades dessa prática que não se encaixam nessa noção.

De maneira preliminar, argumentamos que os escândalos políticos têm sido uma ferramenta imprescindível no jornalismo para legitimar seu serviço em prol da manutenção democrática. Por essa lógica, a publicização dos escândalos pode ser interpretada como uma narrativa útil para o jornalismo. Pensar a potencialidade da publicização dos escândalos políticos em seu caráter utilitário para o próprio jornalismo não significa dizer que a cobertura de escândalos não possa proporcionar, eventualmente, uma prestação de contas que, de outra forma, não seria possível de ser acompanhada pelos cidadãos comuns. No entanto, em momentos de crise como a brasileira atual, não devemos ignorar que existem indícios significativos para recusarmos a suposta relação intrínseca entre escândalos políticos midiáticos, democracia e *accountability*, algo que em última análise esperamos ter apontado nesse artigo.

Já que, na crise, toda legitimação perde sua “naturalidade”, acreditamos que vivemos atualmente a possibilidade de desconstruir ou, pelo menos, redimensionar a importância dada ao papel de Quarto Poder atribuído ao jornalismo pela lógica ocidental, a fim de melhor compreender as nuances que se apresentam na publicização de escândalos políticos.

Referências

ALBUQUERQUE, Afonso. Um outro “Quarto Poder”: imprensa e compromisso político no Brasil. **Revista Contracampo**, n. 04, 2000.

_____. A modernização autoritária do jornalismo brasileiro. **Alceu** (PUCRJ), v. 20, p. 100-115, 2010.

_____. Protecting democracy or conspiring against it? Media and politics in Latin America: a glimpse from Brazil. **Journalism**. November 4, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1464884917738376>.

ALDÉ, Alessandra; VASCONCELLOS, Fábio. Ao vivo, de Brasília: escândalo político, oportunismo midiático e circulação de notícias. **Revista de ciências sociais**, v. 39, n. 2, 2008.

AZEVEDO, Fernando. Corrupção, mídia e escândalos midiáticos no Brasil. **Em Debate**, Belo Horizonte, v. 2, n. 3, p. 14-19, 2010.

BIROLI, Flávia. Limites da política e esvaziamento dos conflitos: o jornalismo como gestor de consensos. **Revista Estudos Políticos**, n. 6, p. 144-161, 2013.

CARLSON, M. **Journalistic authority: legitimating news in the digital era**. New York: Columbia University Press, 2017.

CHALABY, J. **The invention of Journalism**. New York: Palgrave Macmillan, 1998.

ETTEMA, James S; GLASSER, Theodore L.. Investigative journalism and the moral order. **Critical Studies in Media Communication**, v. 6, n. 1, p. 1-20, 1989.

_____. **Custodians of conscience: investigative journalism and public virtue**. New York: Cambridge University Press, 1998.

GOMES, Wilson. **Transformações da política na era da comunicação de massa**. São Paulo: Editora Paulus, 2014.

GOLDSTEIN, Ariel. La Prensa Brasileña y sus “Cruzadas Morales”: Un Análisis de los Casos del Segundo Gobierno de Getúlio Vargas y el Primer Gobierno de Lula da Silva. **Revista Dados**, vol.60, n.2, pp.395-435, 2017.

GUAZINA, Liziane Soares. **Jornalismo em busca da credibilidade: a cobertura adversária do Jornal Nacional no escândalo do Mensalão**. 256f. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Comunicação Social)–Faculdade de Comunicação, UNB, Brasília, 2011.

HALLIN, Daniel; MANCINI, Paolo. Falando do presidente: a estrutura política e a

forma representacional nas notícias televisivas dos Estados Unidos e da Itália. IN: TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo, Questões, Teorias e “Estórias”**. Lisboa: Vega, 1994.

LIMA, Venicio Artur de. **Mídia: crise política e poder no Brasil**. Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

MAIA, Rousiley CM. Mídia e diferentes dimensões da Accountability. **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação - COMPOS**, v. 7, 2006.

MIGUEL, Luis Felipe. **Política e mídia no Brasil: episódios da história recente**. Editora Plano, 2002.

PRIOR, Hélder. **Esfera Pública e Escândalo Político - A Face Oculta do Poder**. Media XXI, 2016.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950. **Revista Estudos Históricos**, v. 1, n. 31, p. 147-160, 2003.

_____. **Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 1950**. Rio de Janeiro: E-papers, 2007.

SANTOS, W. G dos. **A democracia impedida: o Brasil no século XXI**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017.

SCHUDSON, Michael. **Descobrimos a notícia: uma história social dos jornais nos Estados Unidos**. Petrópolis: Vozes, 2010.

SENNE, Fábio José Novaes. **Enquadrando a política sob a ótica do escândalo: uma análise da cobertura de três escândalos políticos midiáticos, a partir da perspectiva do enquadramento**. 137f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social)–Faculdade de Comunicação, UNB, Brasília, 2009.

THOMPSON, John B. **O escândalo político: poder e visibilidade na era da mídia**. 2002.

WAISBORD, Silvio. Watchdog journalism in South America: News, accountability, and democracy. **Columbia University Press**, 2000.

_____. Scandals, media, and citizenship in contemporary Argentina. **American Behavioral Scientist**, v. 47, n. 8, p. 1072-1098, 2004.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WHITE, Hayden. The value of narrativity in the representation of reality. **Criticalinquiry**, v. 7, n. 1, p. 5-27, 1980.

ZELIZER, B. **Covering the body: the Kennedy assassination, the media, and the shaping of collective memory**. Chicago & London: University of Chicago Press, 1992. 299p Cap. 1: Introduction: narrative, collective memory and journalistic authority. p. 1-13. Traduzido para o português por MTGF de Albuquerque. Rev. técn. de A. de Albuquerque.

Nota

- 1 Refere-se aqui ao fim do Estado Novo (1937-1945).
- 2 Albuquerque (2010) enfatiza o papel do copidesque nesse ordenamento. Melhor instruídos e cientes das novas normas, eles colocavam em prática o processo de “modernização autoritária” (ALBUQUERQUE, 2010).
- 3 Essa noção de poder moderador proposta por Albuquerque (2000; 2008) diz respeito à crescente reivindicação das organizações jornalísticas de terem um papel de destaque na vida política do país, “como fiadoras últimas do bom funcionamento da democracia e das instituições brasileiras” (2008, p.1), que, segundo o autor, foi sendo cada vez mais requerida com o fim do regime militar, em 1985. Esta, em sua visão, seria uma versão particular, adaptada do modelo estadunidense de “Quarto Poder”. Essa adaptação vai ser articulada com a eclosão do escândalo de Watergate e com toda a discussão em torno de um jornalismo investigativo voltado para o bem comum.
- 4 As considerações sobre a cobertura da CPI da Última Hora feitas aqui fazem parte de uma pesquisa ainda em andamento. Para fins deste artigo, como ilustração do argumento desenvolvido, optou-se por utilizar alguns trechos para ilustrar as discussões, sem pretensão de estruturar uma análise em torno da CPI e de seus desdobramentos.
- 5 Ver CHAKRABARTY, D. *Provincializing Europe: Postcolonial Thought and Historical Difference*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2000; MIGNOLO, W. D. *The Idea of Latin America*. Malden (MA): Blackwell Publishing, 2005; SAID, E.W. *Orientalism*. New York: Pantheon Books, 1978. QUIJANO, A. *Coloniality and Modernity/Rationality*. *Cultural Studies* 21(2): 168-178, 2007. SANTOS, B. S. *Between Prospero and Caliban: Colonialism, Postcolonialism, and Inter-Identity*. *Luso-Brazilian Review* 39(2): 9-43, 2002.
- 6 “A questão da accountability é fundamental para a qualificação da democracia moderna”, preconiza Rousiley Maia (2006, p.2), uma vez que reforça a norma democrática segundo a qual os representantes devem considerar os desejos e as necessidades dos cidadãos na condução dos negócios públicos.
- 7 FOLHA DE S.PAULO. Lula lidera cenários para 2018 mesmo após condenação, diz Datafolha. Folha de S.Paulo. 30/09/2017. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/09/1923233-lula-lidera-cenarios-para-2018-mesmo-apos-condenacao-diz-datafolha.shtml?utm_source=newsletter&utm_medium=email&utm_campaign=newsfolha>. Acesso em: 14 de fevereiro de 2018.
- 8 Texto “Apocalipse do jornalismo”, veiculado em sua coluna na Folha de S. Paulo, no dia 18 de maio de 2016. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2016/05/1772331-apocalipse-do-jornalismo.shtml#_=_>. Acesso em 12 nov. 2016.
- 9 Aqui, optou-se por referenciar alguns trabalhos de conclusão de pós-graduação. No entanto, ao longo do artigo são indicados uma extensa lista de trabalhos que também poderiam servir de exemplo para este trecho. Além deles, reconhece-se a importância de trabalhos de autores brasileiros que, mesmo não focando especificamente em escândalos políticos, traçam discussões fundamentais para compreendê-los, como é o caso de Gomes (2004), Lima (2006) e Miguel (2002).
- 10 Aqui nos referimos principalmente aos jornalistas de televisão, rádio e impresso, cujos trabalhos são produzidos em um tempo distinto do tempo da recepção.